



Nova cartografia social da Amazônia



10

Quilombolas atingidos
pela Base Espacial
Alcântara
Maranhão

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BASE ESPACIAL DE ALCÂNTARA – MABE

NOME	COORDENAÇÃO PRESIDÊNCIA	COMUNIDADE
Inaldo Faustino Diniz Silva	Coordenador Geral	Quilombo de Espera
Dorinete Serejo Moraes	Secretária	Quilombo de Canelatiua
Antonio Marcos Pinho Diniz	Segundo Secretário	Quilombo Perú
Leonardo dos Anjos	Tesoureiro	Quilombo do Brito
Leandra de Jesus Cerveira	Segunda Tesoureira	Quilombo do Peptal
Vicente Amaral Rodrigues	Membro da Coordenação	Quilombo de Peroba
José Ribamar	Membro da Coordenação	Quilombo de Só Assim
Maria Luzia	Membro da Coordenação	Quilombo de Marudá
Catarina Silva	Membro da Coordenação	Quilombo de Samucangaua
Maria da Anunciação	Membro da Coordenação	Quilombo de Itapuaa

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE ALCÂNTARA – STTR

NOME	COORDENAÇÃO PRESIDÊNCIA	COMUNIDADE
Aniceto Araújo Pereira	Presidente	Quilombo de Oitua
Samuel Araújo Moraes	Vice-presidente	Quilombo de Baixa Grande
Francisco Fernandes Nunes Inojosa	Secretário Geral	Quilombo de Oitua
Antonio Marcos Pinho Diniz	Sec. de Finanças e Administração	Quilombo Perú
Gregório Xavier Costa	Sec. Agrícola/Agrário	Quilombo de Arenhengaua
Eliana da Conceição Ferreira Lima	Secretário de Formação Sindical	Quilombo Engenho
Vicente Amaral Rodrigues	Secretário de Ação Social	Quilombo de Peroba
Valdirene Ferreira Mendonça	Coordenação de Mulheres	Quilombo de São Maurício
Eliotério Gonçalves Ferreira	Secretário de Assalariados	Quilombo de Terra Mole

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos

FASCÍCULO 10

Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara

São Luís, setembro 2007

ISBN: 85-86037-20-6

Coordenação do PNCSA

Alfredo Wagner Berno de Almeida
(PPGSCA-UFAM-CNPQ-FAPEAM)

Equipe de pesquisa

Sean Mitchell
Patrícia Portela
Cynthia de Carvalho Martins
Aniceto Cantanhede Filho
Alfredo Wagner B. de Almeida

Cartografia e geoprocessamento

Fabiano Saraiva
Cláudia I. S. dos Santos

Projeto gráfico e editoração

Design Casa 8
www.designcasa8.com.br



Oficina para elaboração da metodologia das oficinas de consulta para regularização do território étnico de Alcântara, 23 março 2007

Na foto há quatro visitantes dos Quilombos de Linharinho (ES), Kalunga (GO) e Oriximiná

O que é o MABE?

O Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara, MABE, é uma organização que une as comunidades do território étnico de Alcântara na defesa dos seus direitos e de sua dignidade face aos danos sócio-ambientais provocados pela instalação da Base de Lançamento de Foguetes empreendida pela Aeronáutica e pela Agência Espacial Brasileira.

Fundado em 1999, a partir do seminário “Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais”, realizado em maio daquele ano, o MABE, veio a fortalecer uma luta que existe desde 1980 capitaneada pelo STTR de Alcântara e que tem raízes na resistência histórica à escravidão pelos indígenas e quilombolas alcantarenses.

O que é o STTR?

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara, STTR, foi fundado em 1971. A entidade se consolidou a partir de dois atos coletivos: resistência às medidas de colonização do Governo Estadual, em 1975, que tentaram parcelar em lotes de 50ha as antigas terras dos Carmelitas, as “terras de Santa Tereza”, e derrubada de cercas em resposta às medidas de cercamento arbitrário de terras públicas em 1978 e 1979 a partir do povoado de Frederico e na divisa do município de Bequimão.

O seminário “Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais” foi organizado pelo STTR de Alcântara com apoio da CONTAG, da FETAEMA, do então prefeito municipal José Wilson Bezerra de Farias e do advogado Domingos Dutra. Este evento reuniu quilombolas de toda Alcântara e também estudiosos, políticos e advogados, além de militantes do movimento negro (CCN, PVN-SDDH) e associações voluntárias da sociedade civil para discutir os problemas econômicos, sociais, ambientais e culturais causados pela implantação da Base, e para definir estratégias de defesa dos direitos territoriais e étnicos das comunidades quilombolas. O MABE foi fruto deste processo de mobilização.



Aniceto Araujo Pereira, ao centro, Presidente do STTR ladeado por Valmir e Ribamar do Quilombo de Santa Maria



Nojosa, Graça, Gregório, Vicente, Martinho – Dirigentes do STTR

Quem compõe o MABE?

O MABE representa as comunidades de todo o território étnico dos quilombolas de Alcântara. Nas oficinas e reuniões realizadas nos povoados do interior do Município a participação é ampla

– crianças, jovens, adultos e idosos, homens e mulheres participam. A cada dia na pequena sede do MABE, localizada na zona urbana do município, chegam quilombolas vindos da zona rural para discutir seus problemas e buscar soluções. “A coordenação do MABE é composta de dez filhos e filhas das comunidades quilombolas de Alcântara que foram prejudicadas de diferentes formas pela Base espacial”. **Inaldo Faustino-MABE**

O MABE tem coordenadores voluntários que vem das **agrovilas**. Em 1986 e 1987, 312 famílias de 23 povoados quilombolas foram compulsoriamente deslocadas pela Aeronáutica e colocadas em

sete **agrovilas**, onde até hoje se encontram, enfrentando fome e privações de toda ordem. As **agrovilas** foram instaladas longe do mar, privando-as da pesca, e foram organizadas em lotes agrícolas individualizados que desestruturaram as formas tradicionais de uso comum da terra.

Outros coordenadores do MABE vêm de **comunidades que perderam terra** com a implantação destas agrovilas. Uma destas comunidades é Manival, que está cercada por glebas de terras que a Aeronáutica destinou às **agrovilas**. Nessas terras os mais velhos de Manival faziam as suas **roças**. O deslocamento compulsório prejudicou a pesca no igarapé que passa por Manival. Nos quilombos de Samucangaua, Manival, Iririzal, Rio Grande e outros, os pescadores sempre protegiam os peixes e mariscos dos igarapés e manguezais. Estabeleciam regras de quando pegar ostra, sururu e caranguejo e de quando evitar essas práticas para que as novas gerações de peixes e mariscos pudessem florescer. Com o deslocamento de tantas famílias para as proximidades das nascentes dos igarapés, muita gente tem que pescar no mesmo lugar seja para consumo doméstico, seja para venda. Isso impossibilita a regra tradicional de uso. Hoje em dia, quase ninguém acha ostra no igarapé. Os caranguejos diminuíram e o peixe ficou escasso.

Apesar dos conflitos que os deslocamentos tem causado nos povoados atingidos, existem fortes relações de parentesco, troca e amizade entre os membros das comunidades. É por causa destas relações que as pessoas atingidas estão conseguindo se organizar para defender sua terra e os seus direitos.

Também na coordenação do MABE há pessoas que moram naquelas **comunidades onde a Agencia Espacial Brasileira pretende construir novos sítios de lançamento**, principalmente para uso de potências estrangeiras. Assim, desde 1986, planejavam o deslocamento compulsório das comunidades de Baracatatiua, Mamuna, Mamuninha, Brito, Itapera, Folhau, Uru-Mirim, Uru-grande, Mato Grosso, Bom Viver, Rio Verde, Vista Alegre, Lago, Canelatiua, Arapiranga, Santa Maria e Retiro. Em virtude da resistência dos quilombolas nenhum povoado foi deslocado nos últimos 20 anos. Todos reconhecem que a mudança para as agrovilas foi um desastre sócio-econômico, além de uma tragédia ecológica. Até as nascentes de muitos igarapés e o rio de Pepital estão hoje contaminados comprometendo as condições de moradia e ameaçando o abastecimento da própria sede municipal conforme constatou localmente, em 2003, o relator da ONU sobre “Moradia Adequada”, Miloon Khotari, cujo relatório foi favorável ao reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas.

Representantes de comunidades que se encontram **ameaçadas de receber os novos deslocados**, como Itapuaua, também fazem parte da coordenação do MABE.



Reunião do MABE em Canelatiua

Qual é a luta do MABE?

Sérvulo de Jesus Morais Borges, um filho de Alcântara que faz parte do MABE, desde o seu começo, explica assim:

“Durante longos séculos estamos resistindo ao cruel tratamento dado por esta sociedade que nos escravizou, nos alijou do processo de construção da cidadania. Aqui em Alcântara, nós negros estamos secularmente na resistência pela posse da terra. Há vinte e três anos estamos aguardando que o projeto da Base Espacial traga resultados positivos para nossa sociedade. Neste tempo de espera aprendemos que se ficássemos parados, esperando o governo resolver os problemas sociais que ele mesmo causou, estaríamos até hoje de braços atados sem se ter uma solução. Estamos na luta, então, pelos nossos direitos, e não só da terra e dos territórios quilombolas, mas por uma vida digna dentro da sociedade.”

Para Borjão, como ele é conhecido em Alcântara, o trabalho do MABE tem **dois** aspectos. O MABE trabalha para que os quilombolas possam manter o que os antepassados conquistaram – a posse da terra e do direito de viver uma forma de vida própria, autônoma, caracterizada por intensas relações de troca de produtos agrícolas, extrativos e artesanais; por relações de parentesco entre membros de diferentes comunidades, pelas tradições religiosas e festivas e pelo uso comum dos recursos naturais. Mas os quilombolas não são apenas “remanescentes” de um passado. O MABE também trabalha para que os quilombolas possam ter os direitos que a sociedade brasileira nunca lhes permitiu – uma participação justa na sociedade, com educação, emprego e participação política.

Nos últimos anos a Agência Espacial Brasileira tem pretendido uma expansão do Centro de Lançamento de Alcântara, através de um projeto de construção de vários sítios de lançamento para países como Estados Unidos, Ucrânia e Rússia. O MABE tem se mobilizado também contra essa pretensão que viola os direitos territoriais das comunidades quilombolas.



Dirigentes do MABE: Inaldo, Borges, Neta e Danilo

História da resistência

Os eventos a seguir resumem os principais passos na luta dos quilombolas pelos seus direitos a partir de 1980, sem esquecer da resistência de todo dia e dos pequenos atos, como o daquela moradora da agrovila de Pepital que entra escondida, na área de onde foi deslocada pela força, para colher caju nos cajuais plantados por seus avós ou como o de um morador da comunidade de Mamuna que continua roçando nas terras onde a Agência Espacial pretende construir plataformas de lançamento para a Ucrânia ou ainda como o das quebradeiras de coco babaçu que, durante a safra, tem que entrar cotidianamente nos babaçuais arbitrariamente interditados.

540000

Território das Comunidades Remanescentes de Quilombo

Alcântara, MA

TERRITORIALIDADE,
USO DE RECURSOS NATURAIS,
SÍTIO HISTÓRICO
E CONFLITOS SOCIAIS



GUIMARÃES

BAÍA DO CUMÃ

9750000

9740000

9730000

9720000

BEQUIMÃO

530000

540000



- Agrovila
- Colônia de Pesca
- Fabricação Artesanal de Rede de Pesca
- Fabricação de Adobe
- Fabricação Artesanal de Tapiti (Tipiti)
- Babaçual
- Incidência de Murici
- Juçaral (açaiçal)
- Cemitério
- Povoado
- Povoado deslocado pela BASE (CLA - MAer)
- Povoado com energia elétrica
- Povoado com Estabelecimento de Ensino até 4ª Série
- Povoado com Estabelecimento de Ensino até 8ª Série
- Projetos de Assentamentos
- Construção e Reparos de Barcos e Canoas
- Delegacias Sindicais
- Farol
- Portos (Todos os povoados acham-se referidos a Portos)
- Ruínas de Moendas e Ruínas de Casa Grande
- Ruínas de Engenho de Açúcar
- Ruínas de Casa Grande
- Perímetro urbano
- "Terras de Preto"
- Área da Base CLA às "Terras de Preto"
- Convenções cadastrais
- Limite municipal
- Estrada não pavimentada
- Estrada pavimentada
- Divisor de águas
- Hidrografia
- Corpo d'água
- Manguezal

1980¹. Em 12 de setembro de 1980, sem qualquer consulta prévia aos moradores de Alcântara, o Decreto Estadual nº 7.820 declarou de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 52.000 hectares, para a instalação da Base de Lançamento de Foguetes. Em agosto de **1991**, o presidente Collor assinou um outro Decreto aumentando a área desapropriada para 62.000 hectares, equivalentes a 62% do município de Alcântara. Nesta área declarada, moram e trabalham a séculos, mais de três mil famílias, constituídas de pescadores, agricultores, extrativistas, pequenos comerciantes e artesãos. Hoje o governo federal tem uma visão comercial desta área da Base, prevendo a construção de sítios de lançamento para potências estrangeiras, e desviando-se da finalidade oficial de utilidade pública.

1982. Trinta jovens das comunidades de Alcântara foram levados para São Paulo com promessa de emprego no governo federal. Ao chegarem em São Paulo, os jovens descobriram que agora eram militares da Aeronáutica. Treinados em São Paulo, estes jovens retornaram a Alcântara em 1983 e foram utilizados posteriormente, em 1986, para efetivar os deslocamentos compulsórios das famílias de suas próprias comunidades.

1983. O então Ministério da Aeronáutica (hoje é Comando da Aeronáutica, que faz parte do Ministério da Defesa) aceitou as reivindicações das comunidades, assinando em cartório um documento encaminhado pelo STTR e a Paróquia de Alcântara que garantia para os moradores: *"1) terra boa e suficiente para trabalhar e fora da área de decreto da desapropriação; 2) praia, pois a grande maioria de nós também tira da pesca parte do sustento da família; 3) ficar juntos por causa dos laços de parentesco e amizade que nos unem em nossos povoados; 4) água que nunca falta onde estamos; 5) lugar para pastos de animais; 6) título definitivo de propriedade desta terra, uma vez aprovado por nós o novo local"*. Estas promessas nunca foram cumpridas.

1986. Manifestando-se contra a possibilidade de receber apenas pequenos lotes de terra nas **agrovilas**, moradores de Alcântara fizeram uma barricada na estrada que dá acesso à sede do município, no momento em que os Ministros da Justiça, do EMFA e do MIRAD – Inkra visitavam a Base.

1986. O então Presidente da República, José Sarney, junto com os Ministros da Aeronáutica, EMFA e MIRAD assinou um decreto reduzindo o módulo rural dentro da área decretada, de 35 para 15 hectares. A diminuição do módulo rural dentro da área desapropriada não levou em conta as realidades sociais e ecológicas das comunidades quilombolas e resultou em terras insuficientes para as famílias forçadas a mudarem para as **agrovilas**. O STTR de Alcântara então presidido pelo Sr. Benedito Masson protestou contra essa arbitrariedade e enviou comissões a Brasília.

1986 e 1987. 312 famílias quilombolas de 23 povoados foram remanejadas compulsoriamente para 7 agrovilas, já com módulo rural de apenas 15 hectares, apesar das denúncias de se tratar de um ato ilegal.

1988. A nova Constituição, promulgada no centenário da abolição da escravidão, assegura no artigo 68 do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias, que: *"aos remanescentes das comunidades dos moradores quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos"*. Este artigo constitucional

¹ Este breve histórico é baseado em depoimentos de participantes de várias oficinas realizadas em Alcântara entre abril de 2004 e março de 2007. Algumas oficinas foram registradas pelos pesquisadores Patrícia Portela Nunes e Sean T. Mitchell, como a primeira Oficina do Movimento dos Atingidos da Base Espacial de Alcântara realizada em abril de 2004. É baseado também nos folhetins publicados pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, organizados pelos advogados Aton Fon Filho e Roberto Rainho, e nas publicações divulgadas, entre 2001 e 2003, pelo deputado Domingos Dutra, principalmente "Quem aluga seus olhos não dorme a hora que quer".

garante o direito à terra para os moradores do território étnico de Alcântara. O Centro de Cultura Negra do Maranhão, CCN, e a SMDH, através do PVN, registram isso no seu relatório “Terras de Preto no Maranhão: Quebrando o Mito do Isolamento” de 1989.

1992. Os Movimentos das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara (MOMTRA) foi criado, juntando a luta para a “igualdade das mulheres” com a luta pelos direitos das comunidades no território étnico de Alcântara.

1993. Quilombolas das comunidades atingidas pela Base ocuparam a sede do INCRA, reivindicando a desapropriação por interesse social de terra para assentamento dos filhos dos residentes nas agrovilas. Até hoje os filhos das famílias deslocadas para as **agrovilas** tem que dividir os pequenos lotes de 15ha concedidos aos seus pais. Sem possibilidade concreta de sobrevivência, muitos jovens vão para os centros urbanos, principalmente para os bairros de Camboa, Liberdade e Vila Embratel da capital São Luis.

1997. A partir do V encontro das Comunidades Negras Rurais, Quilombolas e Terras de Preto do Maranhão, foi fundada a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ).

1998. Respondendo às demandas das comunidades, a Fundação Cultural Palmares autorizou uma pesquisa preliminar para a identificação das comunidades remanescentes de quilombolas em Alcântara. Os levantamentos identificaram 26 povoados como comunidades remanescentes de quilombos e indicaram dezenas de outros.

1999. O Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE) foi criado informalmente, a partir do seminário: “Alcântara: A Base Espacial e os Impasses Sociais”. O reconhecimento do fator étnico no conflito tornou explícito os direitos territoriais das comunidades de quilombo.

Em 7 de julho de 1999, o Ministério Público Federal no Maranhão instalou o Inquérito Civil Público nº. 08.109.000324/99-28, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades verificadas na implantação da Base Espacial.

2000. Os Governos do Brasil e dos Estados Unidos assinaram um acordo de Salvaguardas Tecnológicas para o uso do Centro de Lançamento, com cláusulas que não respeitam a soberania brasileira. Esse acordo foi arquivado posteriormente ao tramitar no Congresso Nacional.

2001. Uma ação denunciando a: *“desestruturação sócio cultural e violação ao direito de propriedade e ao direito à terra de Comunidades remanescentes de quilombos”* foi encaminhada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos por representantes das comunidades de Samucangaua, Iririzal, Só Assim, Santa Maria, Canelatiua, Itapera e Mamuninha, e pelo Centro de Justiça Global, a Sociedade Maranhense de direitos Humanos (SMDH), o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA).

2002. Em despacho de 12 de abril de 2002 o Procurador da República no Maranhão, Dr. Nicolau Dino de Castro da Costa Neto, nomeou o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida “para proceder à perícia antropológica, no interesse da instrução do inquérito civil público”.

O Laudo Antropológico “Identificação das Comunidades Remanescentes de Quilombo em Alcântara (MA)”, de autoria do mencionado antropólogo, produzido a partir do Convênio da Associação Brasileira de Antropologia com o Ministério Público Federal, foi divulgado em setembro, evidenciando que as comunidades quilombolas de Alcântara fazem parte de um abrangente território étnico.

2003. O Ministério Público Federal moveu uma Ação Civil Pública contra a Fundação Palmares e a União, baseado no referido Laudo Antropológico. A ação defende a titulação do território étnico de Alcântara como um todo.

2003. Em 22 de agosto ocorreu uma tragédia na Base agravando o clima de tensão na área. A explosão da plataforma de lançamento de foguetes e do próprio veículo lançador ainda no solo, resultou na morte de 21 técnicos e impactos sócio-ambientais ainda não aclarados. Segundo dados veiculados pela imprensa o veículo lançador pesava 50 toneladas, sendo 90% de combustível líquido. O perclorato de amônia ao queimar atingiu mais de mil graus tornando quase impossível a identificação dos corpos. A explosão atingiu um raio de um quilômetro, levando pânico e insegurança aos povoados e agrovilas.

2004. Miloon Kothari, o Relator Especial das Nações Unidas para o Direito à Moradia Adequada visitou Alcântara, participando de uma audiência pública com representantes de comunidades e de reuniões na agrovila Marudá e na comunidade Mamuna, ameaçada pela construção de novas plataformas de lançamento de foguetes.

2005. O governo federal apresentou um novo projeto para o Centro. Ao lado do já existente Centro de Lançamento de Alcântara, sob o controle militar do Comando da Aeronáutica, e ocupando menos de 8.000 hectares dos 62.000 desapropriados, o governo pretende construir o Centro Espacial de Alcântara, uma base sob o controle civil da Agência Espacial Brasileira (AEB), do Ministério da Ciência e Tecnologia, e com amplas facilidades para lançamentos de países estrangeiros. Nos mapas já apresentados pela AEB, estes sítios de lançamento para a Ucrânia e outros países aparecem indicados nas terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades quilombolas.

As mobilizações organizadas pelo STTR e pelo MABE levaram o governo a garantir que não haverá deslocamentos compulsórios de comunidades.

2006. O Comando da Aeronáutica tentou impedir no mês de março que as famílias de moradores das agrovilas e de povoados como Peru, Pepital, Marudá, Trajano e Mamuna colocassem suas roças nas terras que tradicionalmente ocupam. Em Audiência realizada em 27 de setembro em São Luis, o Juiz federal Dr. José Carlos do Vale Madeira determinou que o INCRA deverá no prazo de 180 dias promover o andamento e a conclusão do processo administrativo voltado para a titulação definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombo identificados no Laudo Antropológico, devendo este trabalho ser realizado nos moldes do Decreto nº. 4887-2007.

2007. Em sentença nº. 27/JCM/JF/MA de 13 de fevereiro a Justiça Federal assegurou o direito das comunidades quilombolas colocarem seus roçados nas áreas que tradicionalmente ocupam e que são pretendidas pela base.

De 21 a 23 de março de 2007 foi realizada em Alcântara, sob a coordenação do MABE e da Associação de Moradores de Arenhengaua, com apoio da ACONERUQ, da CONAQ e do MMA, a oficina para “Elaboração da metodologia das oficinas de consulta para a regularização do território étnico”.

Hoje a Base só tem vocação de Base de aluguel: seus objetivos são comerciais, voltados para o mercado internacional de lançamento de satélites e não se caracterizam atividade pública. A Base continua sem licenciamento ambiental. As relações entre o Brasil e a Ucrânia ao criarem em 2005 a firma “Alcântara Cyclone Space” evidenciam um “negócio espacial” que objetiva oferecer ao mercado de lançamentos comerciais uma alternativa competitiva. Esse “negócio” nada tem a ver com interesse ou segurança nacional, porque resulta de ato autoritário que menospreza as especificidades culturais das comunidades quilombolas.

***Vivo na comunidade e a comunidade é minha vida,
para tê-la por completo sou capaz de perdê-la.***

Dorinete Serejo – MABE
Comunidade Quilombola de Canelatiua



Tambor-de-crioula da comunidade de Só Assim



*Militana, Manuel, de Itapuana, Sebastiana, Sr. Samel Sá,
de Baixa Grande, e Conceição, do Quilombo do Pavão*

CONTATOS

MABE

telefone 98. 3337-1454

mabealcantara@yahoo.com.br

STTR de Alcântara

telefone 98. 3337-1154

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

Série: Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos

- 1 Quebradeiras de coco babaçu do Piauí
- 2 Quebradeiras de coco babaçu do Mearim
- 3 Quebradeiras de coco babaçu do Tocantins
- 4 Quebradeiras de coco babaçu da Baixada Maranhense
- 5 Quebradeiras de coco babaçu do Pará
- 6 Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz
- 7 Quilombolas da ilha de Marajó
- 8 Quilombolas do Maranhão
- 9 Quilombolas de Codó, Peritoró e Lima Campos
- 10 Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara
- 11 Quilombolas de Bujaru e Concórdia
- 12 Mulheres do arumã do Baixo Rio Negro
- 13 Grupo TucumArte – Artesanato de Tucumã
- 14 Quebradeiras de Coco do Quilombo de Enseada da Mata – Bairro Novo
- 15 Quilombolas do Tambor, Parque Nacional do Jaú Novo Airão, Amazonas
- 16 Ribeirinhos da região do Zé Açú
- 17 Piaçabeiros do Rio Aracá Barcelos, Amazonas



REALIZAÇÃO

MABE
STR de Alcântara

APOIO

CONAQ
ACONERUQ
CCN-MA

